

# Presidente deve assinar hoje mensagem ao Senado propondo veto parcial

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília



João Batista de Abreu

O presidente José Sarney deve assinar ainda hoje a mensagem ao Senado comunicando sua decisão de vetar parcialmente o projeto de lei orçamentária aprovado pelo Congresso, com base na exposição de motivos levada ontem à noite a São Luís (MA) pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que considerou "inconstitucional e contrário ao interesse público" um total de quase 5% das despesas previstas pelos parlamentares para 1989, ou cerca de CZ\$ 6 trilhões.

O principal item a ser vetado, caso Sarney concorde com seu ministro, diz respeito ao esquema de rolagem das dívidas dos estados e municípios regulado pelo artigo 5º do projeto de lei do Orçamento Geral da União (OGU), que foi considerado "matéria estranha" pela Secretaria do Planejamento (Seplan) e será rejeitado integralmente no que se refere aos cortes de outras despesas para compensar a menor arrecadação da União em 1989, no total de CZ\$ 2,66 trilhões (a preços médios de 1989).

Mas isso não significa que estados e municípios serão obrigados a amortizar mais de 18% de suas dívidas, já que a intenção da Seplan é aceitar o esquema de rolagem dos 92% propostos pelo Congresso desde que a compensação seja feita posteriormente, através de crédito especial a ser solicitado pelo Executivo através de projeto de lei. "O Executivo pode tomar a iniciativa de apontar os novos cortes de despesas para compensar a maior rolagem das dívidas estaduais e municipais", explicou Batista de Abreu, admitindo que a utilização de empréstimos externos (reelending) seria uma alternativa a ser estudada.

O Congresso havia apontado, como despesas a serem cortadas para compensar a menor rolagem das dívidas, CZ\$ 145 bilhões da receita operacional do Banco Central, CZ\$ 120 bilhões dos recursos do Tesouro para pagamento de encargos da dívida mobiliária e CZ\$ 107 bilhões de outras despesas, atingindo créditos oficiais à agropecuária e exportações. Este total de CZ\$ 372 bilhões, a preços de junho/88, equivale a cerca de CZ\$ 2,66 trilhões a preços médios de 1989, que foi o critério adotado pelo Congresso na remontagem do OGU.

## RESTABELECIMENTO DE DESPESAS

Ao vetar esses cortes, a Seplan propõe o restabelecimento de algumas despesas correspondentes que constavam de sua proposta original.

O ministro do Planejamento fez questão de ressaltar que o orçamento aprovado no Congresso "não é inviável e representa um trabalho interessante, principalmente se for levado em conta que representou uma primeira experiência e ainda não contou com a lei de diretrizes orçamentárias". Ele admite inclusive enviar outros projetos de lei de créditos especiais estabelecendo propostas de gastos do Congresso, "desde que haja

fonte adequada de recursos".

Todos os vetos propostos pela Seplan dizem respeito a modificações introduzidas pelo Congresso que poderiam gerar déficit no OGU, além de 0,56% do Produto Interno Bruto (PIB) embutido na versão original. "O Congresso retirou recursos destinados a financiar exportações e outros itens, como agropecuária, realocando-os para um grande conjunto de novas despesas, ao mesmo tempo em que reestimou para cima os retornos daquelas aplicações de crédito", explicou Abreu, para quem estes retornos não chegarão aos valores calculados pelos parlamentares.

Outro ponto a ser vetado, segundo o ministro, diz respeito a recursos que a Seplan havia reservado para pagar dívidas da Siderbrás, os quais foram cortados pelo Congresso para cobrir outras despesas. "Isso podia não estar claro, mas na realidade trata-se de pagamento de dívidas que, se não for efetuado, terá que ser coberto pelo Tesouro de qualquer maneira." A solução do Congresso seria destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) à Siderbrás — o que é contra o regulamento daquele Fundo, que não permite desviar verbas do contribuinte para empresas estatais em dificuldades.

A preocupação por trás dos vetos foi preservar, segundo o ministro, a meta de déficit público zero em 1989.

"No total os vetos não chegam a 5% do orçamento", informou, dando a entender que esta seria a contribuição da proposta do Legislativo para o aumento das necessidades de financiamento do setor público.

Na reunião de hoje com o presidente da República, em São Luís, Batista de Abreu pretende limitar-se à discussão do OGU. "Só estou indo incomodar o presidente em suas férias porque temos prazos fatais nesta questão." Não constam da agenda temas como a reforma administrativa — "Ainda é cedo, não há sequer um modelo acabado de reforma" — ou desindexação de preços e salários.

Não haveria problema em aprovar agora um orçamento que dentro de mais algumas semanas pode ficar incompatível com eventuais cortes de despesas decorrentes da reforma administrativa. "Pode ser que em determinado momento tenhamos que adaptar este orçamento", explicou Batista de Abreu, antes de embarcar para o Maranhão no início da noite.